

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS (CT-PB)

19ª Reunião do GT-COBrança – 12/06/2006 – 09:30h – SANASA – Campinas - SP

Resumo da Reunião

Membros presentes	
SERHS/ Coordenador	Luiz Roberto Moretti
ANA	Patrick Thomas
P. M. Americana	Rumoaldo J. Kokol
ABCON	Enio Antonio Campana
CETESB	Luiz Eduardo S. Leão (S)
ASSEMAE	Alberto José Gomes Mendes
	Hugo Marcos P. Leme (S)
ÚNICA	André Elia Neto
SERHS	Francisco Martinez (S)
Consórcio PCJ	Dalto Favero Brochi
	Adauto Luiz Paião (S)

Ausentes com justificativa	
CETESB	Eneida M. M. Zanella

Membros Ausentes sem justificativa	
Soridema	
CIESP/Campinas	
IGAM/MG	
SABESP	
P. M. Extrema	

Secretaria do Meio Ambiente
COSAN
P. M. Sumaré
Convidados
IE/UNICAMP – Fabrício José Piacente
Sind. Rural de Limeira – João Ap. Santarosa
DAEE/BMRC – Otávio Galembeck
DAEE/BMRC – Valdemir P. Bernardi
GT-AS/ PCJ – Manoel F. Conejo Lopes
Tecnosupply – Luiz Fernando Charbel
Sanasa – Thaís Todero
Sanasa – Fernando Falanga
UNESP/Rio Claro – Edson G. Oliveira
CETESB – Armando Brandini
ESALQ – Rogério Teixeira da Silva
PM de Atibaia – Alexandre Peranovich

1. **Pauta:** A pauta da 19ª reunião do GT-COBrança foi enviada aos membros, por e-mail, no dia 05/06/2006, contendo os seguintes itens:

5 Apresentação do DAEE sobre a utilização das águas subterrâneas nas bacias PCJ; discussão com a coordenação da CT-AS sobre Procedimentos e Critérios para a Cobrança; pendências em relação à cobrança “federal” (procedimentos e proposição de critérios); discussão com a coordenação da CT-Rural e discussão com a coordenação da CT-OL. 2.

10 **Abertura:** A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Moretti, que deu as boas vindas aos presentes e agradeceu a presença de todos. 3. **Apreciação da minuta da 18ª Reunião, realizada no dia**

15 **26/05/2006, no DEPRN, em Campinas - SP:** Foram distribuídas, aos membros, cópias da minuta da 18ª Reunião, tendo sido aprovada por unanimidade, na forma apresentada. 4. **Apresentações:** O sr. Moretti iniciou a reunião apresentando os geólogos Otávio Galembeck, responsável pelo Escritório de Apoio Técnico de Rio Claro, do DAEE, e Valdemir P. Bernardi, funcionário do Escritório de Apoio Técnico de Rio Claro, do DAEE, e Coordenador da CT-AS.

20 Passou a palavra, primeiramente, ao sr. Otávio que iniciou sua apresentação sobre a utilização das águas subterrâneas nas bacias PCJ. Após a apresentação, foram feitas algumas perguntas e comentários, como por exemplo sobre os usos insignificantes, se haverá tratamento diferenciado para eles. O sr. Moretti disse que pelo Decreto nº 50.667/06 foi acrescentado ao

25 Decreto nº 41.258 dispositivos que permitirão a definição dos usos insignificantes, que não precisarão

de outorga, não incidindo sobre eles a cobrança, e que o DAEE está trabalhando na definição do que é uso insignificante. O sr. Hugo disse que, de acordo com a apresentação, foi realizado um estudo e estimado que a metade dos poços não estão regularizados e perguntou como fica essa situação com a cobrança. O sr. Otávio disse que, espera-se que ocorra uma adesão ao processo de auto-declaração dos usuários e que deverá haver grande número de denúncias dos usuários outorgados em relação aos não outorgados. O sr. Kokol perguntou se tiver outorga de poço e alguns apresentarem índice elevado de flúor, o que deverá ser feito. O sr. Otávio respondeu que a presença do flúor é da própria formação geológica e que o DAEE tem outorgado, mas depende a finalidade, não devendo ser apropriado para o consumo humano. O sr. Patrick parabenizou o sr. Otávio pela apresentação e manifestou sua preocupação em relação ao cadastramento dos poços. O sr. Otávio disse que o Escritório de Apoio Técnico de Rio Claro (BMRC) vem trabalhando no sentido de ampliar o cadastramento dos poços. O sr. Alberto disse que deve existir uma interação muito grande entre o DAEE e os serviços de saneamento e que, em sua opinião, devem ser usados recursos da cobrança para ampliar o cadastro de usuários, principalmente de poços. O sr. Enio perguntou sobre a proliferação indiscriminada da perfuração de poços e se o DAEE pode firmar convênios com os municípios. O sr. Otávio disse que, hoje, existem critérios aprovados pelo CRH para restrição, porém, devem estar

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS (CT-PB)

18ª Reunião do GT-COBRAÇA – 26/05/2006 -9h – DEPRN – Campinas - SP

65 embasados, por meio de estudos específicos. O sr. André perguntou sobre poços cacimba e o sr. Moretti disse que os poços com consumo menor que 5 m³/dia não têm a necessidade de outorga, mas estão sujeitos à fiscalização. Após estas discussões o sr. Otávio passou a palavra ao sr. Bernardi que falou sobre a cobrança como Instrumento de Gestão dos Recursos Hídricos, levantando alguns pontos importantes como: se a água subterrânea deve ter um custo maior do que a água superficial. O sr. Moretti perguntou ao sr. Bernardi se na CT-AS já foi discutida esta questão. O sr. Bernardi disse que ainda não. O sr. Hugo disse que, em relação à cobrança, devem ser levados em consideração a quantidade e a qualidade da água subterrânea, cobrando mais se a água subterrânea for melhor. O sr. Moretti disse que foi apresentado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) um trabalho sobre as áreas críticas (restritas) no Estado de São Paulo. O sr. Manoel disse que deve haver uma definição sobre áreas críticas e que precisa se estabelecer critérios, classificação e grau de comprometimento dos aquíferos. Após esta discussão, o sr. Edson Gomes de Oliveira, professor da UNESP de Rio Claro, fez uma apresentação sobre o empreendimento indicado ao FEHIDRO: “Monitoramento por Telemetria da Exploração da Água Subterrânea nas Áreas Críticas das Bacias PCJ”. Após sua apresentação, o sr. André perguntou se este é um projeto piloto e o sr. Edson disse que sim. Em relação às apresentações, o sr. Moretti disse que ficou uma zona nebulosa, ou seja, tem que se considerar dois fatores: “outorga e fiscalização” e “cobrança pelo uso da água”, considerando que não pode haver a mistura destes dois fatores, porém, eles estão relacionados. Disse que a Lei Paulista permite cobrar os usos outorgáveis. O sr. Moretti falou, também, que existe um teto pré-estabelecido de cobrança pela captação e que o grupo tem que considerar isto. O sr. Manoel perguntou se o critério principal é o de incentivar ou restringir o uso da água subterrânea, acrescentando que, em sua opinião, devem ser buscadas parcerias com os municípios. O sr. Moretti disse que a cobrança pelo uso da água é um instrumento de gestão, que o CRH já aprovou uma resolução sobre restrições de usos em áreas críticas e que, em relação à disponibilidade, o Comitê pode estabelecer critérios. O sr. Patrick disse que deve-se discutir os mecanismos, como medir os coeficientes e num segundo momento, discutir o valor. Informou que no Paraíba do Sul já existe a cobrança estadual e federal, também para água subterrânea, que é igual à superficial (dois centavos/m³). Comprometeu-se a trazer outros valores comparativos. O sr. André perguntou como está caminhando a questão dos medidores e o sr. Moretti respondeu que a ANA vem desenvolvendo trabalho com o DAEE e a CETESB para especificar os medidores e espera-se que até o início da implementação da cobrança já tenha sido

concluído. Após estas discussões, o sr. Luiz Fernando Charbel, da empresa Tecnosupply, fez uma apresentação sobre “Monitoramento de Dados e Telemetria”, por meio do gravador digital datalogger. **5. Encaminhamentos:** No período da tarde foi pré-agendada para os dias 26 ou 27/06/06 a próxima reunião do GT-Cobrança, devido à indecisão em relação à participação da seleção brasileira nas oitavas-de-final da Copa do Mundo. Será solicitada, à CT-AS, proposta para apresentação, no próximo dia 10/07/06, sobre critérios e metodologia de cálculo da cobrança de águas subterrâneas. O sr. Moretti fez alguns comentários sobre as pendências da cobrança “federal”, sob responsabilidade da CT-Rural e da CT-OL, e comentou a Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 025/06. Disse que o uso insignificante deverá ser discutido no âmbito da CT-OL, porém, a CT-Rural poderá contribuir. Disse que, para a cobrança paulista, deve ser definido o que é pequena e o que é grande propriedade rural. O sr. Moretti comentou que talvez uma proposta interessante, para a CT-Rural, seja a de se eliminar o K_{retorno} incluindo-o no K_{rural} . O sr. Patrick informou ao sr. Rogério Teixeira da Silva, que estava representando o sr. Marcos Vinicius Folegatti, coordenador da CT-Rural, que a ANA poderá fazer uma apresentação na CT-Rural sobre a cobrança na área rural. O sr. Moretti disse que a proposta de suprimir o K_{retorno} incluindo-o no K_{rural} deve partir da CT-Rural. Disse, também, que o prazo para os trabalhos é muito curto (aproximadamente 4 meses). Definiu-se o início de novembro para a CT-Rural estar trazendo uma proposta a este grupo, para, posteriormente, ser levado à CT-PL e, por último, ao Plenário dos Comitês PCJ. O sr. Armando Brandini, coordenador da CT-OL, fez uma breve apresentação sobre o andamento das reuniões de sua Câmara Técnica. O sr. Patrick, novamente, propôs que o pessoal da ANA faça uma apresentação, na CT-OL, sobre os usos insignificantes, citando as experiências já existentes. O sr. Moretti disse que o DAEE começou a trabalhar neste assunto e disse que o DAEE, com certeza, dará o apoio necessário à CT-OL. **6. Encerramento:** Sem mais, deu-se por encerrada a reunião.

170 Luiz Roberto Moretti
Secretário Executivo dos Comitês PCJ
Coordenador do GT-Cobrança